

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**

ARIZON LOPES DE OLIVEIRA

**ESCRAVOS DE CONFIANÇA EM PARANAÍBA**

PARANAÍBA

2016

ARIZON LOPES DE OLIVEIRA

**ESCRAVOS DE CONFIANÇA EM PARANAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba – MS, como exigência parcial para a licenciatura.

Orientador: Profº Geovane Ferreira Gomes

PARANAÍBA

2016

O45e Oliveira, Arizon Lopes de  
Escravos de confiança em Paranaíba/ Arizon Lopes de Oliveira. - -  
Paranaíba, MS: UEMS, 2016.  
33f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr Geovane Ferreira Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Escravidão. 2. Paranaíba. I. Oliveira, Arizon Lopes de. II.  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba,  
Curso de Ciências Sociais. III. Título.

CDD – 326.0981

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

ARIZON LOPES DE OLIVEIRA

**ESCRAVOS DE CONFIANÇA EM PARANAÍBA**

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Ciências Sociais apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba – MS, como exigência parcial para a licenciatura.

---

Prof. Dr. Geovane Ferreira Gomes

---

Prof. Mestre Bruno de Oliveira Ribeiro

---

Prof. Mestre Alexandre de Castro

Paranaíba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Dedico este trabalho aos meus familiares em especial a minha esposa Lúcia Lopes, que sempre me incentivou na busca desta conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pelas oportunidades a mim dadas.

A minha família pelo apoio e incentivo. Em especial a minha esposa Lúcia, que com seu amor soube ter paciência e perseverança; que lutou comigo todas as batalhas e nunca me abandonou.

Aos meus professores que compartilharam seus conhecimentos, em especial ao meu Geovane Ferreira Gomes que se disponibilizou em me ajudar a desenvolver este trabalho, passando instruções material e me dando suporte no que fosse necessário, sanando todas as dúvidas e fazendo as correções e considerações pertinentes.

Aos meus colegas de classe por compartilhar desse momento, e pelo apoio dado ao longo dessa jornada.

*O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem um perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso.*

*(Darcy Ribeiro)*

## RESUMO

O presente trabalho tem por proposta problematizar o escravo de confiança no município de Paranaíba, no Estado do Mato Grosso do Sul. Pois embora haja na grade escolar o contexto histórico da escravidão, não é demonstrado aos alunos que o município em que vivem faz parte de cenário, por isso o objetivo é analisar e fomentar discussões sobre o período escravocrata instaurado neste município e com isso desenvolver uma conscientização frente ao negro. A base metodológica utilizada foi de cunho bibliográfico, em livros, artigos, teses e matérias escritas por historiadores que descrevem o período em questão, evidenciando os escravos de confiança. A relevância da pesquisa é fundamentada no fato dos referidos escravos, que embora carregasse essa denominação na época da escravidão e era uma forma de hierarquia, após a libertação não obteve qualquer vantagem, encontrou-se em um patamar de igualdade com os demais escravos e tiveram as mesmas dificuldades e se inserir na sociedade e encontrar emprego e obter renda para o sustento da família. É evidente o grande sofrimento dos negros, que eram explorados e cruelmente castigados, por isso é importante demonstrar que este município foi palco dessas ações, e partilhou de toda luta da libertação e posteriormente pelo reconhecimento como cidadão e membro da sociedade. Ressaltando que este trabalho terá uma segunda etapa de pesquisa de campo.

Palavras-chave: Escravidão; Paranaíba; Escravos de confiança



## **ABSTRACT**

The present work aims to problematize the slave of trust in the municipality of Paranaíba, in the State of Mato Grosso do Sul. Although the school context is the historical context of slavery, it is not demonstrated to students that the municipality in which they live is part of Scenario, so the objective is to analyze and foment discussions about the enslaved period established in this municipality and with that to develop an awareness against the black. The basic methodology used was a bibliographical one, in books, articles, theses and stories written by historians that describe the period in question, evidencing the slaves of trust. The relevance of the research is based on the fact that these slaves, although they carried this denomination at the time of slavery and were a form of hierarchy, after liberation did not obtain any advantage, found a level of equality with the other slaves and had The same difficulties and to insert in the society and to find employment and to obtain income for the sustenance of the family. It is evident the great suffering of blacks, who were exploited and cruelly punished, so it is important to demonstrate that this municipality was the scene of these actions, and shared any liberation struggle and later recognition as a citizen and member of society. Emphasizing that this work will have a second stage of field research.

Key-words: Slavery; Paranaíba; House slaves

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	12
1.1 História Geral.....	12
1.2 Escravos de Confiança.....	15
1.3 Escravo como mercadoria.....	17
1.4 Hierarquia entre Escravos.....	18
1.5 Relação Classe e Raça.....	23
2 NEGROS E PARANAÍBA.....	26
3 FAZENDO CHEGAR A HISTÓRIA À REDE PÚBLICA DE ENSINO.....	29
4 RESUMO DOS PONTOS LEVANTADOS.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1:</b> Escravos na colheita do café .....	12
<b>Figura 2:</b> Escravos na extração de diamantes.....	13
<b>Figura 3:</b> Escravos na mineração .....	13
<b>Figura 4:</b> Navio Negreiro.....	14
<b>Figura 5:</b> Porão Navio Negreiro.....	14
<b>Figura 6:</b> Leilão de Escravo.....	15
<b>Figura 7:</b> Feitor castigando negros .....	18
<b>Figura 8:</b> Escravo no Tronco .....	18
<b>Figura 9:</b> Escravos de Confiança.....	19

## INTRODUÇÃO

Sou negro, natural de Paranaíba / MS e, portanto, um possível descendente de escravo local. Entretanto, não possuo documentos que possam comprovar isso. O fato de compartilhar essa condição com outros paranaibenses que andam pelas ruas da cidade, sem ter o conhecimento do passado e da real dimensão de lutas e sofrimento dos ancestrais que contribuíram na construção desta cidade, me dá força para levantar essa história de passado não muito distante.

Nascido e criado na cidade, conheço pessoas e histórias que são passadas de boca em boca sobre a luta de seus antepassados. Portanto, busco recuperar essa história oral e até documentos da época. Esses serão os elementos que me permitirão contar ao povo da cidade a história do negro no desenvolvimento de Paranaíba e, por que não, até da região do Bolsão, área do estado do Mato Grosso do Sul em que a cidade está inserida.

Dois desses casos me chamaram a atenção: a de um senhor que me contou histórias sobre seus antepassados escravos, os quais não faziam serviços forçados e o mesmo tempo eram próximos do senhor. A outra é de um senhor negro não escravo (isso ocorreu após o período da escravidão) que apesar de dedicar a vida toda, trabalhando sempre na mesma fazenda, foi demitido sem direitos, tendo sido deixado em situação de extrema vulnerabilidade.

Como a história que aprendi na escola era sobre engenhos, observo que a forma de escravidão em Paranaíba era diferente. Tão diferente que de certa maneira eles talvez nem reconhecessem essa situação: a de serem escravos ou descendentes de escravos.

O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso é conhecer a teoria que sustenta essa situação até hoje, afinal, os descendentes de escravo desconhecem que havia escravos na cidade, e preparar para levar essa história aos estudantes. Será uma etapa visando a um trabalho maior, com entrevistas, a ser realizado futuramente e espero que rápido, pois não posso perder a oportunidade de conversar com essas pessoas que já estão em idade avançada.

Uma vez que em nossa pesquisa tivemos dificuldade em encontrar tais descendentes, buscaremos compreender o que silenciou e silencia a história do povo negro desta região,

Esse trabalho está dividido em capítulos: no Capítulo 1 recupera elementos da escravidão brasileira de forma geral, incluindo a noção de escravos de confiança, que é o conceito que suporta as conversas com os descendentes com quem conversei. No Capítulo 2 falo da história de Paranaíba e dos negros na cidade. No Capítulo 3 apresento as maneiras

como levar essas informações aos estudantes. No Capítulo 4 apresento um resumo do que foi encontrado e, por fim, deixo algumas considerações no Capítulo 5.

# 1 ESCRAVIDÃO NO BRASIL

## 1.1 História Geral

No período do Brasil Colonial, destacava-se a mão de obra escrava para produzir riquezas. Foi a partir do uso da mão de obra escrava que Portugal colonizou o Brasil e explorou suas riquezas. Foi com o uso do escravo que Portugal conseguiu explorar o Brasil de diferentes formas criando uma economia diversificada (SOUSA, [20--a]).

Alguns exemplos podem ser vistos nas figuras a seguir. A Figura 1 mostra escravos na colheita do café. A Figura 2 mostra os escravos trabalhando em garimpos na extração de minerais. A Figura 3 também mostra escravos atuando na mineração.

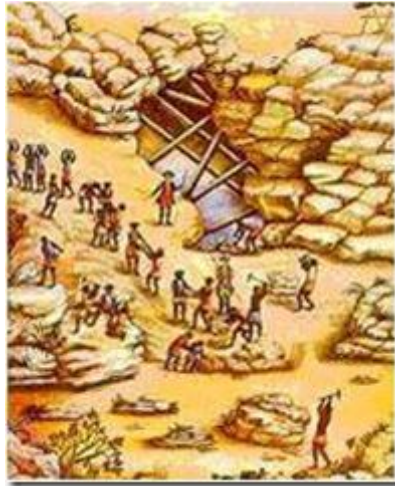


**Figura 1:** Escravos na colheita do café

**Fonte:** Marc Ferrez, 1882, Rio de Janeiro *apud* CANDIDO et al, *n.p.*, [20?]

Basicamente, os negros foram os responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil como país, uma vez que os mesmos eram envolvidos em todas as atividades desenvolvidas, fato este ratificado por Sousa ([20--a], *n.p.*) quando afirma que:

O transporte de escravos motivou a produção de um maior número de embarcações que realizassem tal serviço. A sustentação das populações escravas na colônia também incrementava os lucros da metrópole ao demandar o consumo de tecidos de algodão e outros produtos manufaturados. Ao longo de todo nosso processo de colonização, o tráfico negreiro foi responsável pela introdução de aproximadamente 4 milhões de africanos pertencentes às mais diferentes culturas e etnias.



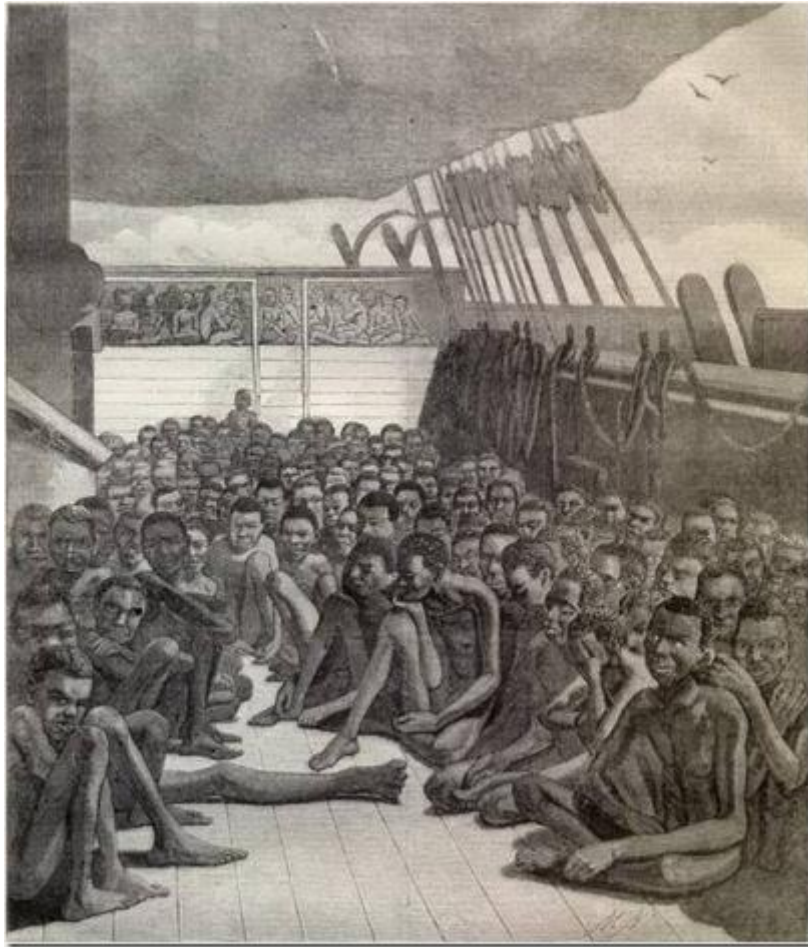
**Figura 2:** Escravos na extração de diamantes  
**Fonte:** CANDIDO et al, n.p., [20?]



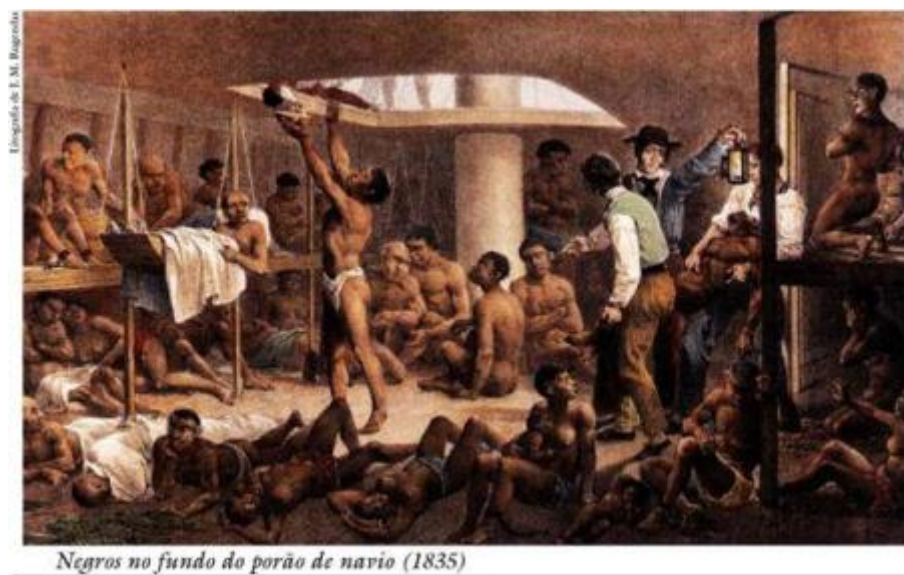
**Figura 3:** Escravos na mineração  
**Fonte:** RUGENDAS, Johann Moritz *apud* CANDIDO et al, n.p., [20?]

Dessa forma a exploração do negro ultrapassava os fatores de mão de obra. No entanto, vale ressaltar que a escravidão era tida como normal para algumas culturas africanas. O processo era realizado como uma forma de pacto comercial onde os portugueses negociavam com os líderes da tribo e este assumia a obrigação de entregar o escravo. Quando capturados, eram direcionados ao porão dos conhecidos navios negreiros (Figura 4 e 5), onde

eram submetidos a péssimas condições de sobrevivência, e muitos não resistiam e acabavam falecendo (SOUSA, [20--a]).



**Figura 4:** Navio Negreiro  
**Fonte:** CANDIDO et al, *n.p.*, [20?]



**Figura 5:** Porão Navio Negreiro  
**Fonte:** RUGENDAS, Johann Moritz, s. ref. *apud* CANDIDO et al, *n.p.*, [20?]



Ou seja, os próprios negros entregavam seus conterrâneos para serem escravizados; embora o branco estivesse na origem do processo, o africano era conivente com a tortura dos outros negros. Vale salientar que as crueldades não cessavam na captura e transporte, pois a submissão ficaria ainda maior ao se chegar ao destino final.

No Brasil os sobreviventes da travessia eram tidos como “bens semoventes” ficando disponível para venda em locais específicos conforme apresentado na Figura 6. Para garantir o controle, famílias e amigos eram separados nesse processo. Os que eram arrematados no(s) leilão(ões) eram levados às senzalas das grandes propriedades, que funcionavam como uma habitação coletiva para escravos (SOUSA, [20--a]).



**Figura 6:** Leilão de Escravo  
**Fonte:** CANDIDO et al, n.p., [20?]

Quanto ao trabalho desenvolvido é relatado que:

A rotina de trabalho imposta aos escravos era extremamente pesada. Todo tipo de trabalho braçal era destinado a esses trabalhadores. Para fiscalizar o cumprimento de suas tarefas diárias, o fazendeiro contava com o auxílio de um capataz responsável pela vigilância e a punição dos subordinados. Os maus tratos, as excessivas horas de trabalho e a má alimentação faziam com que um escravo adulto tivesse uma expectativa de vida de, no máximo, dez anos. (SOUSA, [20 --], n.p.).

## 1.2 Escravos de Confiança

Embora grande parte dos escravos recebesse um tipo de tratamento muito rude e era destinada a atividades pesadas e sujas, haviam aqueles que por alguns fatores recebiam

tratamento diferenciado, os chamados “escravos de confiança”, os quais eram direcionados às atividades no âmbito doméstico e eram alojados na residência de seus senhores (SOUSA, [20-a], n.p.).

Mas, os escravos de confiança não faziam apenas serviços doméstico. Havia outras forma de atividades desenvolvidas, conforme a atividade econômica realizada. Nos centros urbanos eram designados de “escravos de ganho”, que atuavam como auxiliares na administração de pequenos comércios e negócios e não havia nessas atividades esforço físico como na grande lavoura. Dessa forma Sousa ([20--b], n.p.) retrata essas modalidades de escravos:

Ao longo do dia, desempenhavam diferentes funções trabalhando nas lavouras e demais instalações da propriedade rural[...].

Na residência do proprietário, havia uma parcela de escravos que se dedicava ao cuidado das tarefas ligadas ao ambiente doméstico. Geralmente, esses escravos possuíam uma condição de vida relativamente melhor e acabavam também se relacionando mais proximamente com a família de seu senhor. Em algumas pesquisas, temos a descrição de situações em que escravos desempenhavam funções que só eram possíveis por meio de um laço de confiança com seu dono.

Nos centros urbanos, a recorrência desses escravos domésticos também era bastante expressiva. Ao saírem de casa, algumas mulheres pertencentes à elite costumavam vestir suas escravas com luxuosas peças e acessórios para rechaçar sua condição social abastada. Não sendo um espaço ligado à exploração da terra, devemos salientar que as cidades abriam portas para que muitos escravos fossem utilizados em outras atividades econômicas.

Muitas vezes, aproveitando das habilidades de um negro, o proprietário acabava transformando-o em um “escravo de ganho”. Nessa situação o escravo poderia vender “doce de tabuleiro”, realizar o transporte de cargas e pessoas, cuidar de um estabelecimento comercial ou fabricar utensílios. Geralmente, o seu dono ficava com a maior parte dos lucros obtidos ao longo do dia. A parcela destinada ao escravo poderia ser utilizada para alimentação, vestuário e, até mesmo, para a compra de sua alforria.

Em outros casos também podemos assinalar a existência dos chamados “escravos de aluguel”. Geralmente, um senhor que passava por dificuldades financeiras ou não tinha meios para explorar todo o seu plantel acabava cedendo parte de suas “peças” para um terceiro, que em troca lhe recompensava com uma quantidade de dinheiro. No Distrito Diamantino, por exemplo, vemos que a própria administração colonial utilizou desse recurso para empreender a extração de pedras preciosas no século XVIII.

Há ainda um tipo peculiar de escravo de confiança utilizado na grande lavoura, que eram os capitães do mato, encarregados de capturar escravos fugitivos, mas muitos deles eram ou escravos ou descendentes de escravo (FERNANDES, 2011).

Como propõe Marx (2001), a forma de produção determinava as relações sociais; sendo assim, as funções dos escravos de confiança eram diferentes na grande lavoura, na cidade e em Paranaíba; na cidade eram os escravos de ganho, na grande lavoura os

domésticos e o capitão do mato, e em Paranaíba serviam até como esposas, como será apresentado adiante.

Nota-se que há várias formas de escravos, no entanto, mesmo sem desempenharem atividades de força física não deixaram de ser escravos, fato este que nos remete a caracterização do escravo, uma vez que este é assim denominado por ter ausência da sua liberdade, e ter que servir e ser submisso ao seu senhor, aquele que o comprou.

### 1.3 Escravo como mercadoria

É explícito que o escravo é equiparado a uma mercadoria, não importando se é de confiança ou não. Uma vez que é comprado e escolhido buscando o melhor para desenvolver as atividades, esse se torna mais evidente quando o descaracteriza como ser pensante e é tratado como animal.

Na sociedade patriarcal brasileira, a prepotência e o poder dos senhores ditavam às regras sociais. A agressão física era meio de coerção contra os escravos sob a autoridade patriarcal do senhor. Os castigos mais severos eram aplicados aos assassinos e aos chefes de quilombolas. Açoite, palmatória, máscaras de latão, algemas, argolas presas ao pescoço eram castigos comuns dados aos escravos. Até mesmo o homem livre que desagradasse ao senhor ou o desacatasse corria o risco de ser punido (COSTA, 1999 *apud* CAMPOS, 2007, p. 49).

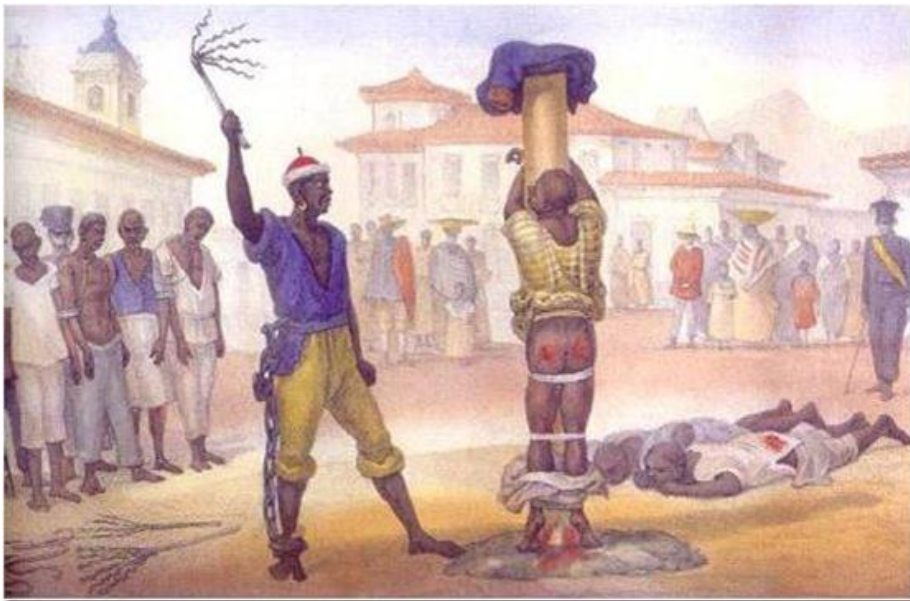
Em consequência das péssimas condições em que o escravo era inserido, recebendo castigos cruéis (Figura 7) e chibatadas no tronco (Figura 8) que os levavam quase até a morte, muitos se revoltavam e armavam fugas. Aqueles que conseguiam formavam comunidades denominadas quilombo, sendo que o mais conhecido foi o Quilombo de Palmares.

Como informação adicional, é possível encontrar ainda hoje comunidades de negros no Brasil: são as chamadas comunidades quilombolas. Em Paranaíba existem duas comunidades, Vila Raimundo e Vila Alto Tamandaré, que apesar de não haver comprovação documental de serem antigos quilombos, algumas pessoas da região relatam que foi de fato um quilombo.

Esta é uma oportunidade que encontramos de recuperar a história local. Será necessário um estudo que comprove essa possibilidade de que essas vilas tenham sido quilombos no passado. Como não encontrei relato a respeito, é possível supor que o surgimento dessas áreas tenham sido pacíficas, mas carece de uma investigação.



**Figura 7:** Feitor castigando negros  
**Fonte:** DEBRET, Jean Baptiste, *apud* CANDIDO et al, n.p., [20?]



**Figura 8:** Escravo no Tronco  
**Fonte:** DEBRET, Jean Baptiste, 1835 *apud* CANDIDO et al, n.p., [20?]

#### 1.4 Hierarquia entre Escravos

Como já citado houve vários tipos de escravos, e estes são diferenciados, criando de certa forma uma hierarquia quanto às atividades desempenhadas e seu papel diante dos seus senhores, como mostrado na Figura 9 (escravos fazendo serviços domésticos).



**Figura 9:** Escravos de Confiança

**Fonte:** Jean Baptiste Debret, 1827 apud CANDIDO et al, n.p., [20?]

Porém vale ressaltar que essa classificação influencia inclusive na alimentação a ser consumida, já que aquele que vivia nas senzalas tinha uma alimentação regrada e aqueles que faziam atividades domésticas tinham uma alimentação considerada boa.

A base da alimentação consistia em feijão, angu, farinha e algumas vezes charque e toucinho – o inhame, a mandioca, a abóbora eram raros para os escravos. [...] Mal nutridos, afetados por doenças, submetidos a intenso horário de trabalho, que atingia dezesseis a dezoito horas diárias, os escravos morriam em massa. A duração média da força de trabalho era de quinze anos. A mortalidade infantil atingia 88%. A necessidade de importar escravos era crescente, como já mencionado. Convém ressaltar que os negros e mulatos livres tinham alimentação pior do que à dos escravos (COSTA, 1999; FREYRE, 1998 apud CAMPOS, 2007, p. 42).

Campos (2007) mostra a importância da religião, no caso a católica no trato com os escravos. Negros eram batizados antes de serem trazidos ao Brasil e continuavam o processo de catequese localmente. “O batismo era obrigatório, pois antes deste os escravos eram tidos mais por animais do que por pessoas”. Os batizados há mais tempo se esquecem de ter sofrido o mesmo choque e acabam por se colocar em posição hierárquica superior diante dos que foram batizados mais recentemente (COSTA, 1999 apud CAMPOS, 2007, p. 43).

Os africanos possuíam seus costumes, religião, e foram arrancados de seu habitat e introduzidos em um ambiente totalmente diferente. Conforme iam adquirindo hábitos locais, estes foram se desaficanizando, isto é, perdendo as raízes culturais africanas devido à imposição da cultura localmente estabelecida no Brasil:

O método de desafrianação do negro “novo”, de recondicionamento do escravo, seguido no Brasil, foi o de misturá-lo à massa de ladinos – termo que designa comumente aqueles que já falavam português; de modo que as senzalas foram escola prática do “abrasileiramento”. A iniciação do “escravo novo” na língua, na religião, nos costumes dos brancos, fez-se nas senzalas, os novos imitando os velhos (FREYRE, 2002, *apud* CAMPOS, 2007, p. 43).

A propagação da cultura local é rápida, já que a nativa não era praticada. Então estes passam a adotar uma identidade branca. E nesse sentido vale ressaltar as posições ocupadas; pelo “escravo ia desde o de quase pessoa da família ao de quase animal” (CAMPOS, 2007, p. 43).

Como os negros estavam hierarquizados de maneira tão ampla, executavam as mais diversas atividades.

Função bastante difundida do escravo de ganho era a prostituição. Algumas senhoras costumavam explorar as escravas, às vezes crianças de dez anos, transformando-as em prostitutas. Era um meio de provento para viúvas e senhoras que necessitavam de recursos. Como explicita Freyre (2002), foram os corpos das negras que constituíram, no escopo moral do patriarcalismo brasileiro, a receita para salvaguardar a virtude das senhoritas brancas. “Aplicada ao Brasil patriarcal, dá realmente nisso: a virtude da senhora branca apóia-se em grande parte na prostituição da escrava negra”. Os senhores e rapazes brancos saciavam-se com as negras, enquanto esperavam o momento de desvirginar as futuras esposas. (FREYRE, 2002, p. 501 *apud* CAMPOS, 2007, p. 43-44)

Campos (2007) indica que, hierarquicamente, outro fator que contava era as riquezas de seu senhor. Aqueles que serviam aos detentores de mais posses, se sentiam superiores aos outros. Evidencia-se que ocorriam várias fugas de pequenas propriedades e iam buscar abrigo com aquele que tinha grandes posses.

O escravo era avaliado na hora de ser negociado, e suas características físicas era um fator determinante para o preço: “os dentes, o rosto, o formato do corpo eram avaliados e descritos nos anúncios de jornais. Quando um negro forte e bonito de corpo fugia, fazia-se até mesmo promessa a santos católicos para achá-lo” (FREYRE, 2002, *apud* CAMPOS, 2007, p. 44).

O escravo praticamente não existia socialmente. A ele não era concedido o direito do querer, apenas acatava as ordens do seu senhor, e muito menos teria liberdade individual. Alforriado, necessitavam ser como um cliente de alguém poderoso, pois estes tinham condição de introduzi-lo no âmbito social. Embora muitos tenham conseguido a alforria, ela



não foi concedida de fato já que estes não tinham condições de serem inseridos em uma sociedade, a qual não o reconhecia:

Mesmo que um escravo fosse alforriado, ele carecia de autonomia plena na sociedade brasileira, uma vez que não possuía poder e relações sociais suficientes para tornar-se cidadão. Embora fosse hierarquicamente superior a um escravo, ironicamente, o negro livre mantinha sua autonomia na dependência de pessoa socialmente mais poderosa. Assim, era comum que um escravo liberto ficasse intrinsecamente ligado ao seu antigo senhor ou se aproximasse de outros, não sendo possível relegar a rede social se quisesse ascensão hierárquica. (CAMPOS, 2007, p. 45-46)

Como uma forma proteção e de tentativa de se inserir na sociedade, os negros passaram a adquirir hábitos do senhoril como vestimentas e alimentação, a eles a funcionavam como uma forma de libertação e equiparação, já que não precisava mais servir a um senhor (CAMPOS, 2007).

Um diferencial foi à figura do padrinho e da madrinha:

A figura do padrinho ou da madrinha teve papel substancial no nivelamento da hierarquia social no sistema patriarcal brasileiro. Numerosos foram os escravos que gozaram de situação de afilhados de senhores de casas grandes e sobrados e, pelo *status* especial, beneficiados em suas pessoas e particularmente protegidos em sua saúde, em seu vestuário, em sua educação. Os afilhados também eram beneficiados com alimentação superior à de inúmeros indivíduos, seus superiores na hierarquia social. Não devem, todavia, esses escravos serem considerados típicos. “Típicos eram os que não gozavam de outra proteção senão a que o sistema patriarcal entendia ser do seu próprio interesse e da sua obrigação estender às suas mãos e pés em troca do fato de serem mãos e pés cativos” (FREYRE, 1998, p. 288 *apud* CAMPOS, 2007, p. 46).

Embora se projete uma grande alteração no modo como o escravo é tratado, isso não ocorre de fato; pois mesmo liberto este ainda é visto e cobrado de forma não implícita, Há um tratamento melhor, mas não a desvinculação de sua posição frente ao seu senhor.

Ao negro era imposta a religião católica, porém este fato não se configura um impedimento para praticar os ritos de sua religião. Porém é ratificado que a sociedade prezava pelo catolicismo, então deveria levar em consideração se estimasse uma convivência social. Embora o catolicismo fosse um elemento obrigatório, os seus senhores permitiam a execução de ritos e crenças africanas. No entanto, como era obrigatório cultuar o catolicismo., a religião tornou-se um elo entre as duas culturas. Diz-se que os próprios padres aconselhavam os senhores a autorizar as festas promovidas pelos negros (CAMPOS, 2007). Mesmo o catolicismo sendo obrigatório não foram todos os senhores que se disponibilizaram a cristianizar, pois não haviam sacerdotes suficientes para fazê-lo.

A religião se faz muito presente na história do negro no Brasil, porém embora mencionada a ligação entre as crenças africana e brasileira, não se exime as repressões religiosas, desse modo relata-se:

Não se quer aqui negar a repressão feita às religiões animistas trazidas da África (e ao Islã), mas apenas mostrar que o sincretismo religioso, hoje marca de nosso país, começou indubitavelmente na interação entre o catolicismo europeu e as religiões e seitas africanas. A própria Igreja vislumbrou a necessidade de atrair, cada vez mais, os negros, elegendo santos negros, como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. (CAMPOS, 2007, p. 48).

Sob certa restrição, pois não se aceitava que ocorresse nas cidades, graças ao potencial subversivo da atividade, em geral era permitido aos escravos que realizassem atividades de dança e canto, com forte aproximação religiosa, como sabemos que ocorre nos cultos de matriz africana. (COSTA, 2007).

Com relação ao preconceito, há uma divisão de opiniões. Stanley Elkins, por exemplo, declara não é um fator que causa divergência entre brancos e negros, e que os dispersos atos de discriminação fixados pelos códigos tradicionais, foram postos de lado, e concederam ao negro liberto o convívio social. Porém há autores que discordam do que é relatado, como é o caso de Carl Degler, que menciona que tanto o escravo dos EUA e do Brasil eram tidos como seres humanos e propriedade (CAMPOS, 2007).

Campos (2007, p. 49) aponta que:

No trabalho de Elkins 1976, este faz comparação instigante entre o escravismo no Brasil e nos EUA, afirmando que os contrastes entre ambos estava nos diferentes padrões culturais. Diferentemente dos EUA, no Brasil, a Coroa e a Igreja atuaram como mediadores entre senhor e escravo, impedindo a classe latifundiária de levar a escravidão até os limites da desumanização. Os direitos pessoais dos escravos, enraizados nas tradições medievais da Península Ibérica – tradição que os anglosaxões não conheceram – e nas concepções da Igreja sobre a natureza da alma humana, foram assim preservados na América Latina.

Vale ressaltar que embora o doutrinador cite que a Coroa e a Igreja impedissem chegar aos limites de desumanização, se tem vários relatos de castigos cruéis que se enquadram como desumano, sem mencionar outros fatos como o transporte em navios negreiros. Nessa mesma linha de raciocínio, para Campos (2007, p. 50):

Degler aproxima-se a Elkins (1976) ao afirmar que no Brasil não havia a necessidade de criarem-se estereótipos negativos ou de se discriminarem os negros, pois a sociedade era rígida, a mobilidade social limitada e controlada pelas classes mais abastadas, e o sistema de valores desencorajava a competição. Degler (1971) quase inteiramente como Elkins (1976) explica que a sociedade brasileira tradicionalmente hierarquizada e católica possibilitava considerar o negro escravo



como humano. Nos EUA, a adesão à ideologia baseada na liberdade e na igualdade levou os americanos a considerar como não-humanos todos os que não podiam desfrutar da cidadania dos protestantes brancos.

Entretanto, Carl Degler (1971 *apud* CAMPOS, 2007, p. 50) traz a relação entre o escravo dos EUA e do Brasil da seguinte forma:

O trabalho revisionista de Carl Degler (1971) veio a explicitar que os dois regimes escravistas – o brasileiro e o norte-americano – diferiam menos do que Elkins (1976) sugere. Ambas as sociedades viam o escravo como ser humano e propriedade. Havia, todavia, significativo hiato entre a legislação e a práxis social. Em ambos os regimes, muitos proprietários de escravos permitiam que seus escravos guardassem o que haviam ganhado no tempo livre. Assim, muitos escravos conseguiam guardar fundos suficientes para pagar a alforria e conseguir a liberdade. O casamento religioso, tanto nos EUA quanto no Brasil, não tinha garantia de estabilidade para a família de escravos. Se os escravos rebelaram-se com mais frequência no Brasil do que nos EUA era por que o comércio negreiro durou muito mais tempo. Além disso, as instituições repressivas no Brasil eram ineficientes, facilitando as revoltas de escravos.

Para Degler, enquanto na sociedade tradicional brasileira esmorecia a rivalidade social e econômica, nos EUA era incentivado o nivelamento das oportunidades, de competição e de mobilidade social; já no Brasil, as oportunidades eram limitadas, fator que contribuiu para a miscigenação, a qual teve grande abrangência que impossibilitou a distinção e classificação de linha de cores (CAMPOS, 2007).

## 1.5 Relação Classe e Raça

Com a abolição dos escravos este tiveram amparo legal a qual garantia liberdade e igualdade. Porém, por mais que houvesse jurisprudência e todas as raças fossem niveladas, na prática a desigualdade ainda reinava, mesmo após os escravos serem libertados a cor da pele era fator determinante.

Embora tenham ocorrido alterações legais, as relações sociais do negro não foram modificadas tão cedo. É plausível dizer que até hoje estas não se fizeram completamente. Na época, a liberdade caracterizou apenas a disposição de uma mão de obra no mercado, pois as oportunidades eram remotas, e quando surgia era para desenvolver atividades braças, ou similares.

O principal ponto com relação à desigualdade foi a inserção do negro na sociedade sem qualquer tipo de políticas públicas. Ora, um escravo já marginalizado, é liberto e jogado

em uma sociedade que já apresentava indícios de repulsa, e o Estado não oferece qualquer suporte ou incentivo para a aceitação deste.

Na verdade, a abolição trouxe um cenário nada agradável, onde a certificação do escravo liberto como “sujeito de direito” fez sua capacidade de disputar uma vaga no mercado de trabalho minimizar. Como dispõe Emília Viotti, “a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à própria sorte” (COSTA, 1999, p. 364 *apud* MONTEIRO, [201-], p. 12)

O mercado era disputado por negros, brancos e europeus, porém as oportunidades eram dadas em sua maioria para os brancos e europeus. De forma camuflada, os negros foram “sendo segregados no sistema econômico, forçando-os, progressivamente, na emergente sociedade de classe, para o estrato inferior da pirâmide social” (BASTIDE; FERNANDES, 1978, p. 49 *apud* MONTEIRO, [201-], p. 12).

A liberdade para os negros se configurou de forma ilusória. Os mesmos idealizaram melhores condições de emprego e salários, porém esta figuração não se concretizou:

No imaginário de parte da população negra, a liberdade representava oportunidades de trabalho menos degradantes do que as atividades desenvolvidas no tempo da escravidão. Entretanto, a sua reabsorção ao mercado foram em trabalhos secundários sem destaque social e com baixa remuneração (MONTEIRO, [201-], p. 12).

“Poucos negros foram admitidos em atividades com melhor remuneração de trabalho e remuneração, geralmente eram os “crias de família” ou os “negros com alma de branco”, demonstrando que a raça permanecia como um critério ocupacional entre as pessoas” (BASTIDE; FERNANDES, 1978, p. 59-68 *apud* MONTEIRO, [201-], p. 12).

Em outras palavras, como o negro não tinha condições igualitárias para competir no mercado de trabalho, eram designadas a eles tarefas braçais e penosas, as quais os remetiam ao tempo de escravidão, ou seja, embora estivessem livres, os fatores externos o obrigava a ter a mesma rotina de quando era escravo.

Monteiro (201-) mostra que o discurso servia para o engrandecimento dos brancos em relação aos negros. Apelava-se, por exemplo, à noção de falta de capacidade psicológica do negro para desenvolver tarefas intelectuais como forma de hierarquização:

Esse pensamento atende aos anseios de parte dos brancos que tentavam manter seus privilégios econômicos e sociais através da apartação do negro ao mercado de trabalho e em outras dimensões da vida social, como a lei não atendia mais essa arbitrariedade, na medida em que reconheceu os negros como sujeitos de direitos após a abolição da escravatura, passaram a exercer a discriminação de forma velada (MONTEIRO, p. 12-13, [201-]).

Os negros sofreram várias discriminações, a cor da pele era o fator que determinava a sua capacidade intelectual, e esta o apartava e por consequência sua classe social era a última.

Teses como a do embranquecimento

“que tornaram natural a concepção de negro como um ser inferior com caráter de verdade, possibilitando a construção da sua sujeição na sociedade e tornaram legítimo o discurso da restrição do acesso às atividades de maior remuneração e prestígio social” (MONTEIRO, [201-], p. 13).

Dessa forma a cor da pele, a raça, torna-se um a condição para a realização de certas atividades, já que as intelectuais só eram destinadas aos brancos ou europeus. Os fatos vivenciados impactam na realidade atual, uma vez que concepções dessa natureza foram sendo propagada.

A manutenção do negro em condições análogas às que exercia quando escravo, apartando-o socialmente da dinâmica econômica, mantém na nova ordem econômica a desigualdade a que esteve submetido na sociedade escravista, o que unido à ausência contínua de investimentos em políticas sociais, desenvolve um círculo de pobreza em que a exclusão dos negros se reproduz continuamente no seio social. A apartação contínua do processo econômico, político e social passa a estabelecer uma identidade entre negros e pobres, que perdura na atualidade (MONTEIRO, [201-], p. 13).

Uma das consequências mais evidentes, e que persiste ainda hoje, é com relação à situação econômica, já que, como o negro não tinha oportunidade de um trabalho melhor, este também não poderia ter perspectiva de uma vida melhor, tanto que a maior parte da população pobre é composta por negros, como se constata:

Contemporaneamente, a maior parte da população em situação de pobreza é negra, dado que acrescido ao mito de que somos uma democracia racial, construiu para reproduzir no imaginário social de que no Brasil o preconceito é apenas uma questão de classe e não, também, de cor da pele. Essa concepção decorre da identidade negros-pobres e também pelo tipo de discriminação racial que se pratica no Brasil, que sempre tentou escamotear sentimentos racialistas (GUIMARÃES, 2002, p. 68, *apud* MONTEIRO, [201-], p. 13).

O fato de o conceito a raça interferir na classe social faz com que o negro sofra duas formas de discriminação, e tendo em vista que a cor da pele seja uma maneira de classificação social, se faz alusão que todo negro é pobre.

## 2 NEGROS E PARANAÍBA

São inquestionáveis as várias marcas carregadas pelo negro ao longo de sua existência. Embora a escravidão já tenha sido abolida, ainda é sentida por meio do preconceito, o qual só é combatido com muita informação disseminada em toda a sociedade.

Paranaíba, ou Santana do Paranaíba como era designada na época, foi palco da escravidão, porém grande maioria dos moradores desconhece esse fato, caracterizando uma deficiência quanto ao conhecimento da história de sua própria região. Unindo os fatos, é de suma importância transmitir nas escolas os relatos vivenciados na cidade, para que as crianças, além de adquirir informações históricas, possam ser moldadas a não terem preconceito.

A cidade em 1828 recebeu os primeiros moradores, as famílias Garcia Leal e Lopes, as quais expandiram suas propriedades por toda a região. Aumentada à condição de freguesia em 1838, Santana do Paranaíba originalmente responderia a Cuiabá, situação mantida até 1858. Um ano posteriormente transformou-se em vila subordinada à comarca de Miranda. Foi em 1894 que Santana do Paranaíba se transformou em cidade (CAMPESTRINI, 2002, *apud* KNAPP, 2014).

Com a chegada dos primeiros moradores não indígenas nas terras de Santana do Paranaíba vieram também os primeiros escravos. Campestrini (2002 *apud* KNAPP, 2014), em seu relato referente à construção da primeira igreja, cita que o primeiro registro de batismo foi da escrava Laurentina, o qual foi feito em outubro de 1835.

De acordo com Moutinho (1869 *apud* KNAPP, 2014) em 1862 Santana do Paranaíba era composta de uma população de 1400 livres e 600 escravos. Dez anos posteriores a esta data a população era respectivamente 2880 e 354. É perceptível que o número de cativos minimizou, porém vale ressaltar que a Guerra do Paraguai (1864-1870), possivelmente vitimou inúmeros escravos.

Com relação à escravidão e as atividades desenvolvidas é esclarecido<sup>1</sup>:

Vale esclarecer que, no sul de Mato Grosso, os escravos não tinham o tratamento de regiões de monocultura (café e cana-de-açúcar). Aqui os escravos eram verdadeiros **agregados**, trabalhando na pecuária e na agricultura de subsistência. Quando da abolição da escravatura, em Paranaíba (compreendendo o Bolsão) já não havia

---

<sup>1</sup> O termo alforriado a que se refere o trecho, diz respeito aos negros que obtinham liberdade que era formalizada por uma carta de alforria, documento que atestava a liberdade do negro. Como será mostrado no caso da escrava Joaquina, a alforria não significava uma forma de liberdade total, pois em alguns casos essa liberdade era condicional. Em alguns casos, só ocorria após a morte do dono ou de parentes [“cujo gozo pleno só entrará depois da minha morte” (COMO..., 1993, p. 194)].

praticamente escravos, alforriados aos poucos, principalmente por obra do padre Francisco de Sales Sousa Fleury (CAMPESTRINI, 2002, p. 128, *apud* KNAPP, 2014, p. 4 **grifo nosso**).

Como mencionado, o Padre Francisco de Sales Sousa Fleury foi uma pessoa de grande destaque na história, pois teve importante participação na abolição da escravidão. Em um dos registros concebidos no cartório de Santana do Paranaíba e transcritos para obra “Como se de ventre livre nascido fosse...”, o padre Francisco de Sales Sousa Fleury é referido em um documento de permuta. O mesmo foi registrado em 1865, onde o mesmo liberta Joaquina, com quem o Padre teve quatro filhos (BRAZIL, 2009, p. 244, *apud* KNAPP, 2014).

Nesse documento, o padre concede a liberdade a Joaquina e os salários retroativos, no valor de uma chácara e uma casa. Como segue o conteúdo completo do referido documento:

Lançamento de um papel de permutação de liberdade, passado pelo Padre Francisco de Sales Sousa Fleury a sua escrava Joaquina abaixo declarada. Saiba quantos o presente instrumento de lançamento de documentos e papéis de liberdade virem, que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco, aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Vila de Santa Anna do Paranaíba, em casa de meu escritório compareceu Joaquina liberta do Reverendo Padre Francisco de Salles Sousa, pessoa conhecida pala própria de mim tabelião, ai por ela com é digo Joaquina me foi entregue um papel, e pediu-me que em razão de meu ofício o lançasse em notas, cujo papel aceitei para o dito fim, e passando a fazer a leitura do mesmo, vi que é feito e assinado pelo dito Reverendo o qual é do teor seguinte: Digo eu o Padre Francisco de Sales Sousa Fleury, abaixo assinado, que **tendo libertado a minha escrava Joaquina, em data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, com a condição somente de não vencer jornais no caso que quisesse ficar permanecendo em minha companhia, em compensação do sustendo e vestuário para si, e para seus filhos libertos e menores de Vicência para baixo, até o último de nome Marcelo; mas considerando melhor, e tendo em atenção os bons serviços que tem feito, ei por bem estipular-lhe dessa data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, por diante, o salário de oitenta mil reis anuais, que lhe serão pagos no valor da chácara e casas de minha residência nesta Vila, cujo o terreno se circunscreve entre os dois vales, que divide com Aroeira, o Ovalto do pastinho além do laranjal em linha até o córrego, reservando-me o uso fruto enquanto eu viver, ou durante minha residência neste lugar; e no caso que eu faleça ou me transporte antes que o salário dito preencha o valor da chácara, e casas, é muito de minha livre vontade, e em remuneração de seus bons serviços, fazer-lhe doação do que faltar para preenchimento do valor em que for louvada a dita chácara**, que de hoje em diante lhe fica pertencendo com jus ad-rem, e verificando-se os ditos casos, com jus en-re, pleno domínio e senhorio. E para constar passo o presente que assino. Santa Anna dezesseis de dezembro de mil oitocentos e sessenta e cinco. Assinado – Padre Francisco de Sales Sousa. Estava o selo. Número um reis duzentos reis pagou o selo. Santa Anna dezoito de dezembro de mil oitocentos e sessenta e cinco – o coletor Dias – Nada mais se continha em o dito papel que vem e fielmente o copiei o conferi e achei conforme, a ele me reporto do que dou fé. E em fé de verdade assino. Eu Justiniano Augusto de Sales Fleury. Tabelião interino que escrevi e assinei.

Custo - Grátis

Justiniano Augusto de Sales Fleury (PENTEADO, 1993, p. 322-3, *apud* KNAPP, 2014, p. 5-6, **grifo do autor**).

No documento alguns pontos podem ser evidenciados. Um deles é o fato de ser imposta condição para adquirir a liberdade como se observa: “condição somente de não vencer jornais no caso que quisesse ficar permanecendo em minha companhia”, fica configurada nesse trecho que embora esteja livre, a única pessoa para quem poderá trabalhar seria para o padre. Outro ponto é referente à motivação da redação da carta: “considerando melhor”, “os bons serviços que me tem feito”; tais relatos fazem alusão ao fato do padre dar seus bens com a permuta de que Joaquina permanecesse ao seu lado.

### **3 FAZENDO CHEGAR A HISTÓRIA À REDE PÚBLICA DE ENSINO**

Considero que o conhecimento é uma importante ferramenta para alteração de preconceitos já estabelecidos, sendo que o objetivo deste trabalho é transmitir informações, almejando que o preconceito seja quebrado e seja compreendida a história do negro, principalmente no município de Paranaíba.

A divulgação desta pesquisa é relevante às instituições de ensino, seja por meio de palestra, apresentação em painel, exposição de ilustrações da cidade com explicações para enfatizar e ganhar a atenção do aluno ou do morador, ou qualquer outro meio, desde que seja empregado seu significado de forma correta para superar os estereótipos a respeito do papel do negro na sociedade de forma geral, mas principalmente em Paranaíba.

Essas distorções e a ideia de superioridade são os fatores que desencadeiam a hostilidade sobre o negro. No entanto, é importante salientar que são responsáveis pela existência do nosso país, haja vista que foram eles que trabalharam nas construções, na lavoura para produção de alimento, nas propriedades, cuidando dos filhos dos senhores, que muitas vezes tinham mais contato com o escravo do que com os pais.

Porém, somente com as duas histórias brevemente relatadas, já é possível observar a grande contribuição dessa raça, à qual era vetada a liberdade e, mesmo sendo escravizados em prol do bem estar do branco, na realidade, em vez de serem reconhecidos, são oprimidos e marginalizados pelo preconceito.

Mais uma vez, se destaca como fundamental a divulgação desse trabalho, principalmente no meio escolar, onde as crianças estão em formação, salientando que esse esforço vai ao encontro das aspirações da Lei 10.639/2003 que aponta a importância de se divulgar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana.

Espera-se que tais informações possam ser por mim apresentadas em eventos na forma como citados anteriormente.

#### 4 RESUMO DOS PONTOS LEVANTADOS

A seguir serão apresentados de maneira sumarizada os pontos mais importantes levantados neste Trabalho de Conclusão de Curso:

- Importância do papel do negro na construção do país;
- Apresentada a ideia de escravidão não apenas ligada ao esforço, mas à perda de liberdade, pois são coisas diferentes. Os escravos de confiança faziam pouco esforço comparado aos da senzala e utilizados na lavoura da cana de açúcar, mas não eram livres;
- O conceito de Escravo de Confiança associado a formas econômicas particulares, pois o da cidade era diferente da grande lavoura, que era diferente do de Paranaíba;
- O conceito de hierarquização entre os escravos;
- A questão da raça na produção social de desigualdade, ao mostrar que se estabelece trabalhos para negros e para brancos;
- Que no caso de Paranaíba, mesmo relações pós-escravidão (no caso alforriado), indicam relações ao mesmo tempo de subordinação e confiança, sendo o caso de Joaquina o tipo ideal extremo;
- Os escravos de confiança não foram beneficiados após o término da escravidão;
- A necessidade de fazer esse conhecimento chegar à população, particularmente os estudantes do ensino básico.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações exposta, nota-se que os negros tiveram sua mão de obra explorada; sofreram torturas, e não receberam qualquer recompensa. Pelo contrário, carregam grandes marcas do período da escravidão, sofrem preconceito por discriminação racial, com difícil aceitação social, baixa escolaridade e rentabilidade.

Verifica-se dentre os pontos mais importantes pertinentes a essas consequências, e os dados apresentados por esta pesquisa, que com o fim do período escravocrata no Brasil, aqueles que eram considerados escravos de confiança não foram assim reconhecidos, demonstrando haver uma contradição em seu conceito. Sendo que aquela a ser destacada é a situação econômica dos descendentes, os quais conheço de maneira informal, podendo afirmar que é bem inferior a dos brancos imigrantes que chegaram após esse período.

Outro ponto a ser evidenciado é que, embora na época houvesse uma hierarquia de diferenciação entre os escravos, sendo que ser um escravo de confiança era uma forma desse enquadramento, não se afirma que esta se manteve, uma vez que não houve libertação econômica para aqueles que ocupavam um nível simbólico mais alto.

Nesse segmento, ressalta-se que é importante resgatar a história local e fazer com que chegue aos alunos de Paranaíba, para que fiquem cientes da presença da escravidão na cidade. Sendo também, uma forma de resgatar além de fatos históricos, a cultura da cidade.

Contudo, a pesquisa não está esgotada, sendo esta estendida para uma etapa posterior, onde serão coletadas informações oficiais dos descendentes de escravos em Paranaíba, para melhor entender as ocupações que eram designadas e conseqüentemente exerciam; e deixar mais claro por que, de fato, os escravos eram caracterizados como de confiança.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Diego de Souza Araujo. **Um Estudo sobre a Escravidão em suas Relações com a Hierarquia Social Heranças e Particularidades da Instituição Escravocrata.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Setembro de 2007. Disponível em: < [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11408@1](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=11408@1)>. Acesso em 22 de out. de 2016.

CANDIDO, Vanessa Edna do Carmo; XAVIER, Elisabete Macedo Rocha; MOURA, Maria Célia Menezes de; SANTOS, Fernanda de Santana. **Escravidão negra em São Paulo e no Brasil.** Disponível em: < <https://historiadesaopaulo.wordpress.com/escravidao-negra-em-sao-paulo-e-no-brasil/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

COMO se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, de 1838 a 1888. Campo Grande, MS: SEJT, MS; SEEB, MS; MINISTÉRIO DA CULTURRA / Fundação Cultural Palmares, DF, 1993.

FERNANDES, Carlos Roberto. **Escravos Fugidos**, 2011. Disponível em: < <http://www.carlosfernandes.prosaeverso.net/visualizar.php?id=3057309>>. Acesso em: 13 Dez. 2016.

KNAPP, Gláucio. **ENTRE A BATINA E A ALFORRIA DOS SEUS: O CASO DO PADRE FRANCISCO DE SALES SOUSA FLEURY.** IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: Cultura, sociedade e poder. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. IV Congresso Internacional de História: - Anais Eletrônicos <[www.congressohistoriajatai.org](http://www.congressohistoriajatai.org)>. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2014. Disponível em: < [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(101\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(101).pdf)>. Acesso em 10 jul. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **A INSERÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E A QUESTÃO DA IDENTIDADE ENTRE CLASSE E RAÇA.** Artigo. Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/UnB. Disponível em < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f87b7d1f666a0a1d> >. Acesso em 22 de out. de 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Escravidão no Brasil**, [20--a]; Mundo Educação. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/escravidao-no-brasil.htm>>. Acesso em 22 de out. de 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Os diferentes tipos de escravo no Brasil**, [20--b]; Mundo Educação. Disponível em < <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/os-diferentes-tipos-escravo-no-brasil.htm>>. Acesso em 22 de out. de 2016.